



Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

GABARITO

1

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 80 (oitenta) questões objetivas de múltipla escolha;
 - Um **cartão de respostas** personalizado.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo e gabarito informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo e gabarito informado em seu cartão de respostas.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **a**).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas**. (Edital 01/2006 – subitem 9.9 alínea **e**).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** da Prova Objetiva e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **c**).
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** ao final da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **d**).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito – Prova Objetiva (PO)	26/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra gabarito (RG) da PO	27 e 28/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado preliminar das PO	24/04/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		



NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA
Universidade Federal do Rio de Janeiro



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Pronto para outra?

Ricardo Freire

Para muita gente, esta é a semana mais difícil do ano. Você volta das férias, tenta se adaptar de novo à rotina e já presente as surpresas que vai ter ao receber a conta do cartão de crédito. Quando se dá conta, é mais uma vítima da depressão pós-viagem. Eu só conheço uma maneira de sair dessa: começar a pensar já na próxima. Não, não é cedo demais. Nem sintoma de descaso pelo trabalho. Acalentar uma viagem é uma maneira segura de manter aceso o interesse pelo fato gerador de suas férias: seu emprego.

Além do que, planejar uma viagem com antecedência é o melhor jeito de rentabilizar seu investimento. Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você passa longe de casa, quando dá para começar a viajar muito antes de embarcar – e sem pagar nada mais por isso?

Eu gosto de comparar o planejamento de uma grande viagem ao preparo de um desfile de escola de samba no Carnaval. Assim como as férias, o Carnaval em si dura pouco – mas é o *grand finale* de um ano inteiro de divertida preparação.

É fácil trazer o *know how* do samba para suas férias. Use os três primeiros meses depois da volta para definir o "enredo" de sua próxima viagem.

Tire os meses seguintes para encomendar guias e colecionar as informações que caírem em sua mão – revistas, jornais, dicas de quem já foi. Vá montando o itinerário mais consistente, descobrindo os meios de transporte mais adequados, decidindo quais são os hotéis imperdíveis. Quando faltarem quatro meses para a partida, tome coragem e reserve a passagem e os hotéis.

Passe os últimos três meses fazendo a sintonia fina: escolhendo restaurantes, decidindo o que merece e o que não merece ser visto.

Depois de tudo isso não tem erro: é partir direto para a apoteose.

Revista *Época*, 29/01/2007, p. 112 (fragmento).

01 - O texto I defende a tese de que:

- (A) nunca é cedo demais para começar a aproveitar os prazeres do hábito de viajar;
- (B) viagens devem ser bem planejadas para evitar problemas e prejuízos futuros;
- (C) acalantar desejo de viajar constantemente pode revelar descaso pelo trabalho;
- (D) planejar uma viagem pode estender o prazer advindo da mesma;
- (E) viajar durante o Carnaval é especialmente prazeroso e compensador.

02 - A partir do quarto parágrafo o autor se vale do imperativo para construir os últimos argumentos de sua estratégia de "convencimento do leitor", mas o texto como um todo mostra coerência na forma de tratamento em terceira pessoa do singular porque, além dos verbos no imperativo, emprega pronomes:

- (A) oblíquos, pessoais de tratamento e possessivos;
- (B) indefinidos, oblíquos e pessoais de tratamento;
- (C) pessoais de tratamento, possessivos e relativos;
- (D) possessivos, relativos e indefinidos;
- (E) relativos, indefinidos e oblíquos.

03 - Quanto ao emprego do modo imperativo em várias passagens do texto, pode-se interpretá-lo como um recurso usado pelo autor para:

- (A) impor ao leitor seus pontos de vista;
- (B) conferir ao texto um caráter de roteiro;
- (C) reiterar a importância do ato de planejar;
- (D) alertar o leitor para o risco da depressão;
- (E) emprestar ao texto um traço de humor.

04 - "Não, não é cedo demais" (l. 6). O uso duplo da palavra negativa nesse trecho tem a finalidade de:

- (A) responder de modo peremptório a uma pergunta anteriormente expressa;
- (B) contradizer um argumento levantado pelo próprio autor;
- (C) reforçar o tom de diálogo com o leitor, já introduzido no texto;
- (D) negar uma opinião contrária expressa na frase anterior;
- (E) chamar a atenção do leitor para o caráter ambíguo do que é dito.



05 - Essa frase que começa com a dupla negativa se relaciona com a frase nominal seguinte, a única do primeiro parágrafo. Quanto ao emprego do ponto que as separa, pode-se dizer que sua presença configura:

- (A) uma prática viciosa, pois os dois trechos deveriam ter sido escritos numa única frase tendo em vista o fato de haver uma correlação sintática;
- (B) uma opção redacional, que se baseia no fato de o uso do ponto marcar uma pausa potencial enfática, mais prolongada do que a da vírgula;
- (C) uma obrigatoriedade no uso do ponto simples, conquanto a segunda frase de fato se refira sintática e semanticamente à primeira;
- (D) um recurso de estilo próprio do jargão jornalístico, que leva em conta a supremacia do fato referencial sobre a argumentatividade;
- (E) uma intervenção retórica do redator na estrutura sintática do parágrafo para reduzir a dimensão das frases e privilegiar o fato jornalístico.

06 - "... e sem pagar mais por isso?" (l. 15). O trecho contém um pronome demonstrativo cuja função textual é referir-se a:

- (A) se contentar com o curto período da viagem;
- (B) ficar longe de casa sem pagar pela hospedagem;
- (C) planejar a viagem com muito mais antecedência;
- (D) começar a viagem bem antes da época de embarcar;
- (E) rentabilizar seu investimento para poder viajar mais.

07 - As férias e o Carnaval são comparados pelo autor na passagem "Assim como as férias, o Carnaval em si dura pouco" (l. 18). As reescrituras abaixo estão coerentes com o que autor expressa nesse trecho, EXCETO em:

- (A) As férias e o Carnaval duram pouco;
- (B) As férias duram pouco, não obstante o Carnaval;
- (C) Nem as férias nem o Carnaval duram bastante;
- (D) Assim como as férias duram pouco, o mesmo ocorre com o Carnaval;
- (E) As férias e o Carnaval em si mesmos não duram muito.

08 - "mas é o *grand finale* de um ano inteiro de divertida preparação" (l. 19). A palavra que inicia essa passagem pode ser substituída, sem alterar o sentido e a estrutura do texto, apenas por:

- (A) no entanto;
- (B) apesar de;
- (C) embora;
- (D) de modo que;
- (E) porque.

09 - "... para definir o 'enredo' de sua próxima viagem" (l. 22). O recurso de linguagem usado nesse trecho é o mesmo que ocorre em:

- (A) Muitos chegamos a dizer que se morre de tédio aqui neste lugar tão monótono;
- (B) A Cidade Maravilhosa tem o melhor Carnaval do mundo;
- (C) Venha tomar uma xícara de café conosco no intervalo;
- (D) Você não está nada bem com todos esses problemas graves;
- (E) Ser honesto, esta é a chave do sucesso de uma amizade.

10 - "Eu gosto de comparar o planejamento de uma grande viagem ao preparo de um desfile" (l. 16). Nesse segmento, por três vezes se emprega a preposição DE. Na última delas, é empregado para introduzir um termo que desempenha sintaticamente a mesma função do termo destacado em:

- (A) "Você volta **das férias**," (l. 2);
- (B) "...receber a conta do cartão **de crédito**," (l. 4);
- (C) "Nem sintoma de descaso **pelo trabalho**," (l. 7);
- (D) "...planejar uma viagem **com antecedência**,..." (l. 11);
- (E) "...um desfile de escola **de samba**,..." (l. 17).

11 - "Quando faltarem quatro meses para a partida, tome coragem e reserve a passagem e os hotéis" (l. 29). Em vez de estarem relacionados com substantivos, os verbos desse trecho poderiam estar acompanhados de pronomes que os substituíssem, o que resultaria na seguinte reescritura:

- (A) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-lhes;
- (B) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-os;
- (C) Quando eles faltarem, tome-a e reserve-os;
- (D) Quando eles faltarem, tome-a e reserve-lhes;
- (E) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-lhe.



12 - O trecho "Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você passa longe de casa?" (l. 12) contém um pronome relativo empregado de acordo com as normas da língua padrão. O mesmo ocorre em:

- (A) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você fica sem fazer nada?
- (B) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias em cujas manhãs são ensolaradas?
- (C) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias onde todos vão à praia?
- (D) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias de quem ninguém se lembra?
- (E) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias com os quais você nunca teve problemas?

13 - Nas linhas 19 e 21, nota-se a presença de duas expressões em itálico. Esse recurso se deve ao fato de ambas:

- (A) estarem grafadas em idioma estrangeiro;
- (B) retratarem a erudição do autor;
- (C) serem caso de gíria e ironia;
- (D) integrarem o léxico internacional;
- (E) ocorrerem metaforizadas.

14 - Em "Você volta de férias, tenta se adaptar de novo à rotina e já pressente as surpresas" (l. 2), ocorre o emprego do acento de crase. Nessa passagem, ele se explica a partir da regra que trata do caso em que a preposição está:

- (A) sozinha e não há risco de ambigüidade;
- (B) sozinha, mas há risco de ambigüidade;
- (C) seguida de artigo feminino singular;
- (D) seguida de palavra tomada em sentido geral;
- (E) seguida de pronome demonstrativo.

15 - Cada uma das séries abaixo se inicia com uma palavra extraída do texto. As demais se relacionam com ela semanticamente, NÃO havendo erro ortográfico apenas em:

- (A) receber (l. 3) – recepção, recebimento;
- (B) longe (l. 14) – longínquo, lonjura;
- (C) grande (l. 16) – grandeza, engrandecer;
- (D) fácil (l. 21) – fácilimo, facilmente;
- (E) sintonia (l. 31) – sintonizar, sintônico.

TEXTO II

Alcatrazes Expedição ao Arquipélago Proibido

Johnny Mazzilli

O balanço do barco, o mar instável e a chuva puseram parte de nosso efetivo enjoado e cabisbaixo, durante as quatro horas de travessia. Com a visibilidade prejudicada, avistamos Alcatrazes já relativamente próximos, e bastou chegar um pouco mais perto para esquecermos qualquer mal estar – a paisagem mudara por completo e olhávamos impressionados as falésias rochosas com 200, 300 metros verticais assomando diretamente das águas e entremeadas por mantos de vegetação tropical – muito, muito maiores do que imaginávamos.

Ao contornar a ilha principal em busca do Ninhal das Fragatas, nosso ponto de ancoragem, demos de cara com a exuberância da fauna, uma espécie de "Galápagos" do litoral paulista. Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado.

O desembarque é moroso – tudo tem que ser transferido para um bote de borracha com motor de popa que conduz as tralhas ao costão em sucessivas e lentas baldeações. Não há praia ou cais e são necessárias seguidas aproximações, recuos e reaproximações com o bote, apenas para descer a carga de uma viagem.

A tralha era extensa – pilhas de mochilas, equipamentos de mergulho e fotográfico, cordas, bolsas impermeáveis e caixas, muitas caixas com itens para pesquisa e coleta de animais. Chovia sem parar enquanto subíamos carregados pela encosta rochosa escorregadia em direção ao local do acampamento, a 50 metros dali.

Parou de chover quando montamos o acampamento. Precisávamos de tempo para as pesquisas e principalmente para a investida na parede rochosa – trabalho inédito nas ilhas e que gerou grande expectativa entre as equipes. Cada time composto por membros do Projeto Tamar, Instituto Butantã, Fundação Florestal, Biociências da USP e Projeto Alcatrazes faria, no curto prazo de dois dias, suas próprias pesquisas com aves, serpentes, répteis e batráquios.

Revista Planeta, out. 2006, p. 37 (fragmento).



16 - O parágrafo inicial do texto II narra uma situação em andamento, sem qualquer introdução. Esse recurso pretende provocar no leitor um efeito de:

- (A) confusão;
- (B) medo;
- (C) humor;
- (D) repulsa;
- (E) envolvimento.

17 - Na abertura da matéria, Alcatrazes é chamado de "Arquipélago Proibido". A leitura do texto mostra que a adjetivação empregada no subtítulo se deve ao fato de Alcatrazes:

- (A) ter uma natureza exuberante;
- (B) ser um lugar muito inóspito;
- (C) possuir uma grande fauna nociva;
- (D) ficar em local de difícil acesso;
- (E) restringir-se como local de pesquisas.

18 - No segundo parágrafo, o autor emprega a expressão "demos de cara" (l. 13), forma popular que transmite a idéia de que a ação descrita ocorreu:

- (A) subitamente;
- (B) furtivamente;
- (C) favoravelmente;
- (D) efemeramente;
- (E) mormente.

19 - A conjunção E, empregada na passagem "avistamos Alcatrazes relativamente próximos e bastou chegar um pouco mais perto" (l.4), auxilia na construção de uma idéia de:

- (A) causa;
- (B) contraposição;
- (C) alternância;
- (D) comparação;
- (E) finalidade.

20 - Embora narrando um fato já acontecido, o texto apresenta diversas formas verbais no presente do indicativo. Isto tem como finalidade:

- (A) revelar os sentimentos do narrador;
- (B) aproximar a ação narrada do leitor;
- (C) mostrar o estado de confusão do narrador;
- (D) expor o caráter ficcional da narrativa;
- (E) distinguir a fala de diferentes locutores.

21 - No trecho "a paisagem mudara por completo" (l. 6), observa-se a utilização do pretérito mais-que-perfeito com o intuito de descrever uma ação:

- (A) concomitante da natureza e da embarcação;
- (B) ocorrida antes da chegada da embarcação;
- (C) posterior à passagem da embarcação;
- (D) da natureza, vagamente situada no passado;
- (E) exercida pela natureza sobre o narrador.

22 - O texto é predominantemente narrativo e nele prevalecem as passagens que descrevem as ações, como se comprova pelas transcrições abaixo, EXCETO:

- (A) O balanço do barco, o mar instável e a chuva puseram parte de nosso efetivo enjoado (l. 1);
- (B) Olhávamos as falésias rochosas com 200, 300 metros verticais assomando diretamente das águas (l. 7);
- (C) Ao contornar a ilha principal em busca do Ninhal das Fragatas, nosso ponto de ancoragem (l. 12);
- (D) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros (l. 15);
- (E) Precisávamos de tempo para as pesquisas principalmente para a investida na parede rochosa (l. 31).

23 - Para fazer as pesquisas com o registro das aves, serpentes, répteis e batráquios, as equipes teriam o "curto prazo de dois dias" (l. 36). A locução adjetiva usada aqui em "o registro das aves" tem como sinônimo erudito:

- (A) ornitológico;
- (B) ofiológico;
- (C) entomológico;
- (D) ictiológico;
- (E) sauroológico.

24 - Compare os trechos "Chovia sem parar enquanto subíamos ... pela encosta escorregadia" (l. 27) e "Parou de chover quando montamos o acampamento" (l. 30). A partir deles pode-se compreender que, no que se refere ao tempo, as ações das equipes de pesquisadores tiveram de se adequar a aspectos apenas meteorológicos e:

- (A) intempestivos;
- (B) climáticos;
- (C) geográficos;
- (D) cronológicos;
- (E) astronômicos.



25 - A vinculação entre o substantivo "tralha" (l. 24) e seu aposto "pilhas de mochilas, equipamentos de mergulho e fotográfico, cordas, bolsas impermeáveis e caixas (...)" mostra que, entre o termo genérico e a enumeração, há:

- (A) contigüidade paronímica;
- (B) desproporção semântica;
- (C) marcas subjetivas;
- (D) coesão lexical;
- (E) elipse mórfica.

26 - Em "e são necessárias seguidas aproximações, recuos e reaproximações com o bote" (l. 21), a posição do sujeito em relação ao verbo é a mesma que se encontra em:

- (A) Quando entrar setembro e a boa nova andar nos campos;
- (B) Você vale ouro, todo o meu tesouro, tão formosa da cabeça aos pés;
- (C) Como a abelha necessita de uma flor, eu preciso de você e desse amor;
- (D) Tenho ouvido muitos discos, conversado com pessoas, caminhado meu caminho;
- (E) Talvez eu seja o último romântico dos litorais desse oceano Atlântico.

27 - O texto II se inicia com um período escrito na voz ativa. Transpondo-o para a voz passiva, o resultado será:

- (A) Durante as quatro horas de travessia, o balanço do barco, o mar instável e a chuva tinham posto parte de nosso efetivo enjoada e cabisbaixa;
- (B) Parte de nosso efetivo foi posta enjoada e cabisbaixa pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva, durante as quatro horas de travessia;
- (C) O balanço do barco, o mar instável e a chuva haviam posto parte de nosso efetivo enjoada e cabisbaixa, durante as quatro horas de travessia;
- (D) Parte de nosso efetivo, durante as quatro horas de travessia, ficara enjoada e cabisbaixa pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva;
- (E) Pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva, durante as quatro horas de travessia, parte de nosso efetivo tinha ficado enjoada e cabisbaixa.

28 - "Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas delas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado" (l. 15). Nesse trecho, há o emprego da vírgula apenas uma vez. No entanto, caso quisesse, o autor também poderia ter optado pela seguinte redação:

- (A) Milhares de aves, se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas delas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (B) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam gritando, acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (C) Milhares de aves se empoleiravam, nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam, gritando, acima de nós, num cenário, que parecia nos remeter, ao passado;
- (D) Milhares de aves se empoleiravam, nos arbustos costeiros e centenas delas voavam, gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (E) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam gritando, acima de nós num cenário que parecia nos remeter ao passado.

29 - O emprego do travessão em "O desembarque é moroso – tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa" (l. 18) é uma alternativa de construção que dispensa o uso do conectivo entre as duas orações. No entanto, o autor poderia ter utilizado uma conjunção em lugar do travessão. Assinale a única alternativa em que a nova redação NÃO mantém coerência com o trecho transcrito:

- (A) O desembarque é moroso, pois tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (B) O desembarque é moroso, posto que tudo precise ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (C) O desembarque é moroso, porquanto tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (D) O desembarque é moroso, e tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (E) O desembarque é moroso, já que tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa.



30 - "Não há praia ou cais..." (l. 21). O verbo utilizado nesse trecho obedece ao mesmo caso de concordância de:

- (A) Há de existir uma nova chance;
- (B) Faz dias que não nos vemos;
- (C) O relógio acaba de bater as horas;
- (D) Já eram perto de vinte casos;
- (E) Grande parte deles voltou.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Considere que as questões a seguir referem-se a computadores com uma instalação padrão do sistema operacional Microsoft Windows XP Professional e uma instalação completa do Microsoft Office 2003.

31 - Um dos modos de instalar e utilizar a partir de seu próprio computador uma impressora instalada e compartilhada em outro computador da rede, de nome MICRO1, é (assuma-se que o usuário tenha todas as permissões necessárias):

- (A) a partir do "Painel de Controle", dar um clique-duplo em "Impressoras de Rede", clicar em "Criar nova Impressora", clicar em "Micro1";
- (B) a partir do menu "Executar", digitar \\micro1, clicar OK, e ao abrir a tela de micro1, dar um clique-duplo na impressora;
- (C) dar um clique-duplo em "Meu Computador", dar um clique-duplo em "Impressoras", dar um clique-duplo em "Micro1", clicar "Adicionar";
- (D) enviar o comando "install / printer /micro1";
- (E) executar o comando "net config", dar um clique-duplo em "Micro1", dar um clique-duplo na impressora.

32 - No menu "Ferramentas" do Windows Explorer, há a opção de executar o comando "Mapear unidade de rede". Esse comando permite que o usuário:

- (A) conecte-se a uma pasta de rede compartilhada e defina uma letra de unidade à conexão, de forma que ela possa ser acessada usando a janela "Meu Computador";
- (B) compartilhe pastas de seu computador com outros computadores, usando o protocolo FTP;
- (C) faça um download dos "drivers" mais atualizados para a interface de rede do seu sistema, através do "Windows Update";
- (D) tenha acesso ao menu de configuração da interface de rede e possa definir quais as políticas de firewall que protejam o seu computador de ataques externos;
- (E) visualize todas as portas de rede abertas para a rede local e para a rede externa (Internet), permitindo que qualquer tentativa de ataque ou invasão seja descoberto.

33 - Ao clicar em "Iniciar" na barra de tarefas do Windows e entrar no menu "Acessórios", uma das opções disponíveis é o Prompt de comando ("Command Prompt"), cuja função é:

- (A) mostrar os últimos comandos executados pelo sistema operacional, para fins de auditoria;
- (B) listar todos as funções que o usuário corrente utilizou desde seu último login;
- (C) executar comandos baseados em texto (linha de comando);
- (D) ser o único meio de executar comandos privilegiados, por motivos de segurança;
- (E) sincronizar o computador de mesa com unidades móveis.

34 - O Microsoft Word 2003 possui uma ferramenta chamada "Pincel" ("Format Painter"), cujo ícone é .

A função dessa ferramenta é:

- (A) remover caracteres de uma célula;
- (B) criar uma caixa de texto com fundo colorido;
- (C) desenhar uma figura geométrica no documento, adicionando cores;
- (D) copiar e aplicar formatação de texto e algumas formatações gráficas básicas, tais como bordas;
- (E) transferir dados do "clipboard" para uma planilha ou vice-versa, mantendo as características das células.

35 - Um recurso muito importante de utilização do Microsoft Word 2003 é provido pela ferramenta "Numeração" ("Numbering"), cujo ícone é .

A função dessa ferramenta é:

- (A) numerar as páginas do texto, informando a posição e a formatação dos números;
- (B) definir a lista de arquivos a serem impressos, informando a ordem de impressão;
- (C) definir o tamanho da fonte conforme a ordem dos parágrafos, ou seja, parágrafos superiores terão fonte maior;
- (D) fazer a verificação ortográfica no texto selecionado;
- (E) criar listas numeradas a partir de linhas de texto existentes ou criadas conforme se digita.



36 - No Microsoft Excel 2003 existe a operação denominada “Mesclar Células”, que pode ser realizada através da ferramenta cujo ícone é . O objetivo dessa operação é:

- (A) juntar duas ou mais células adjacentes em uma célula e mostrar o conteúdo de uma célula na célula unificada;
- (B) inserir cores e bordas em um grupo de células da planilha;
- (C) copiar o conteúdo de um grupo de células para outro grupo de células;
- (D) juntar todos os atributos de formatação de um grupo de células em todas as células do grupo;
- (E) realizar um somatório de todos os valores de um grupo de células.

37 - Considere a seguinte seqüência de comandos e digitação realizada no Microsoft Excel 2003:

- ✓ digitar a letra X na célula A1;
- ✓ digitar a letra Y na célula A2;
- ✓ digitar a letra Z na célula A3;
- ✓ selecionar as células A1, A2 e A3;
- ✓ clicar em  para transformar todos os textos em itálico;
- ✓ salvar a planilha.

Imediatamente após essas operações, ao clicar duas vezes no botão de “desfazer” (“undo”)  ocorrerá o seguinte:

- (A) a ação de salvar a planilha será cancelada;
- (B) a letra Z será apagada da célula A3 e a letra Y será apagada da célula A2;
- (C) tudo o que foi feito desde a criação da planilha será desfeito;
- (D) os textos voltarão ao modo normal (não itálico);
- (E) nada ocorrerá, pois o botão de “desfazer” (“undo”) não estará operacional.

38 - No Microsoft Windows Internet Explorer, o menu de “Favoritos” pode ser utilizado pelo usuário para:

- (A) armazenar a lista de usuários que acessam mais freqüentemente o computador do usuário;
- (B) criar links para “websites” de interesse do usuário;
- (C) definir os únicos sites que podem ser abertos através do firewall do computador;
- (D) saber quais os arquivos mais acessados em seu computador, por quantidade de acessos;
- (E) apagar a lista de sites visitados pelo usuário.

39 - No contexto do Windows Internet Explorer, os “cookies” são:

- (A) as configurações de segurança que você criou para o seu ambiente de rede, incluindo todas as proteções de acesso do Internet Explorer;
- (B) atualizações de segurança para seu computador que, uma vez por mês, são liberadas pelo fabricante do software;
- (C) os arquivos temporários gerados pelo Internet Explorer, cada vez que você visita um site. Nesses arquivos ficam armazenadas todas as imagens dos sites que você visitou;
- (D) pequenos arquivos de texto que alguns sites web colocam em seu computador para armazenar diversas informações sobre você e seu computador;
- (E) todos os endereços IP que fizeram acesso ao seu computador no último período de tempo pré-determinado.

40 - O usuário JOAO recebeu uma mensagem eletrônica (e-mail) com as seguintes características:

no campo “DE:” constava como remetente da mensagem o usuário USER1;
no campo “PARA:” constavam como destinatários ele próprio (JOAO) além do usuário USER2;
no campo “CC:” (cópia) constavam como destinatários os usuários USER3 e USER4.

Ao responder a essa mensagem, o usuário JOAO usou o botão “Responder a Todos”. Os usuários que receberão a resposta de JOAO serão:

- (A) apenas USER1 e USER2;
- (B) apenas USER1;
- (C) apenas USER3 e USER4;
- (D) USER1, USER2, USER3 e USER4;
- (E) todos os usuários de sua lista de contatos.



ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41 - Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) é presidido sempre por membro do Ministério Público, alternando-se na função, a cada biênio, um representante da União e um dos Estados;
- (B) tem seus membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (C) limita-se a receber e conhecer reclamações contra membros do Ministério Público;
- (D) cabe-lhe rever e desconstituir os atos administrativos ilegais praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados;
- (E) compete ao Corregedor nacional requisitar servidores do Ministério Público e, após autorização do Congresso Nacional, requisitar membros do Ministério Público.

42 - Sobre a carreira do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) o Promotor de Justiça, após tempo de serviço estabelecido em lei e após merecimento comprovado, é promovido para o cargo de Juiz de Direito;
- (B) o Promotor de Justiça, caso queira se tornar Juiz de Direito, prestará concurso público em que terá pontuação extra nas provas de conhecimento;
- (C) o Promotor de Justiça não pode ser nomeado Juiz sem concurso público, mas pode ser nomeado Desembargador sem concurso público;
- (D) o Promotor de Justiça, para integrar o Tribunal de Justiça, terá necessariamente que ser aprovado em concurso público para o Tribunal de Justiça, em igualdade de condições com outros candidatos;
- (E) um quinto dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça é escolhido entre membros do Ministério Público.

43 - NÃO é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) decidir recurso interposto dos atos dos Promotores de Justiça com atribuição em matéria de fundações;
- (B) rever decisão de indeferimento de representação para instauração de inquérito civil;
- (C) rever arquivamento de auto de apuração de ato infracional atribuído a adolescente;
- (D) indicar ao Procurador-Geral de Justiça o nome do mais antigo Procurador de Justiça para remoção por antiguidade;
- (E) sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendação.

44 - Acerca do Secretário-Geral do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) não pode integrar, durante o exercício do cargo, o Conselho Superior do Ministério Público;
- (B) não pode ser Secretário-Geral pessoa que não seja membro do Ministério Público;
- (C) precisa se desincompatibilizar 90 dias antes da data da eleição para Procurador-Geral de Justiça, caso deseje se tornar elegível;
- (D) cabe-lhe dar posse aos servidores do quadro auxiliar;
- (E) cabe-lhe fixar a remuneração dos servidores do quadro auxiliar.

45 - Quanto à nomeação em cargo em comissão nos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) Maria, não integrante do Quadro Permanente e esposa do Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Nova Iguaçu, pode ser nomeada para cargo em comissão de gerente do Departamento de Telecomunicações do Ministério Público;
- (B) Ana, integrante do Quadro Permanente e parente em 1º grau do Corregedor-Geral do Ministério Público, pode ser nomeada para cargo em comissão de supervisora do Departamento de Logística do Ministério Público;
- (C) Joana, integrante do Quadro Permanente e parente em 2º grau do Procurador de Justiça Titular da 2ª Procuradoria de Justiça junto à 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, pode ser nomeada para cargo em comissão de secretária da 1ª Procuradoria de Justiça junto à 3ª Câmara Cível, mas não para a Procuradoria da qual seu parente é titular;
- (D) José, não integrante do Quadro Permanente e parente em 3º grau do Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, pode ser nomeado para cargo em comissão de diretor do Departamento de Licitações e Contratos do Ministério Público;
- (E) João, não integrante do Quadro Permanente e parente em 8º grau do Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, pode ser nomeado para cargo em comissão de supervisor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público.



46 - Sobre a evolução no Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) progressão funcional é a movimentação, por antiguidade, de um padrão para o seguinte, dentro da mesma classe;
- (B) servidor requisitado para prestar serviços em outro órgão estadual pode progredir funcionalmente no órgão de origem, mas não pode ser promovido enquanto permanecer a requisição;
- (C) a promoção deve observar interstício mínimo de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior;
- (D) a evolução na carreira pode se dar através de promoção, progressão funcional ou nomeação em cargo em comissão;
- (E) servidor afastado por licença-médica há dez meses pode ser promovido por merecimento.

47 - Sobre o processo de vitaliciamento do Promotor de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) a decisão cabe ao Procurador-Geral de Justiça;
- (B) caso tenha sido proposto o não-vitaliciamento, mas tenha se decidido pelo vitaliciamento, haverá recurso necessário para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) durante a tramitação do processo de vitaliciamento, o Promotor de Justiça não poderá ter seu exercício funcional suspenso;
- (D) não é admitida a produção de provas;
- (E) a decisão do Conselho Superior do Ministério Público é feita com base na maioria dos membros presentes à sessão.

48 - O Promotor de Justiça da Infância e Juventude no exercício de suas atribuições NÃO pode, para instruir o procedimento respectivo, requisitar diretamente:

- (A) informação e documentos que colégio particular com fins lucrativos possua sobre aluno em situação de risco;
- (B) relatório à Secretaria Executiva do Ministério da Educação, sobre repasse de verbas ao Município;
- (C) perícia, pelo Instituto de Perícia do Estado, nos livros de uma creche sem fins lucrativos que recebe verbas do governo estadual;
- (D) relatório detalhado, pelo psicólogo de entidade pública que atende menores vítimas de abuso sexual, sobre todos os atendimentos realizados, inclusive com a criança, familiares e professores da escola onde ela estuda;
- (E) condução coercitiva de Deputado Estadual suspeito de explorar trabalho infantil, pela Polícia Militar, para colher esclarecimentos, em caso de não comparecimento injustificado perante o Ministério Público.

49 - É permitido ao membro do Ministério Público ingressado após a Constituição da República de 1988:

- (A) integrar o diretório municipal de partido político;
- (B) exercer a advocacia após 3 anos de sua aposentadoria;
- (C) ser sócio-gerente de sociedade comercial que não mantenha contrato com ente da Administração Pública;
- (D) exercer qualquer outra função pública;
- (E) receber honorários em processo em que for julgado procedente pedido formulado pelo Ministério Público na qualidade de autor.

50 - Considerando-se as disposições da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003, com ulteriores modificações, é correto afirmar que:

- (A) os Grupos Especializados de Atuação Funcional são órgãos de execução providos por tempo certo e determinado, com atuação em todo o Estado, mediante aprovação prévia do Conselho Superior do Ministério Público, vedada a participação de membros não-vitaliciados;
- (B) o cargo de Procurador-Geral de Justiça não pode ser ocupado por membro do Ministério Público que tenha sofrido, em caráter definitivo, sanção disciplinar de suspensão nos doze meses anteriores ao término do prazo de inscrição para a eleição;
- (C) em suas faltas e impedimentos, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça que indicar e, nos casos de suspeição, pelo Procurador de Justiça mais antigo na classe;
- (D) o Secretário-Geral e o Corregedor-Geral do Ministério Público são escolhidos pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- (E) os Procuradores de Justiça que atuam perante o Tribunal de Contas do Estado passam a integrar um Ministério Público especial daquele Tribunal.

51 - NÃO é função do Promotor de Justiça:

- (A) fiscalizar prisões;
- (B) expedir recomendação visando à melhoria do serviço de educação na comarca em que atua;
- (C) propor medidas cabíveis para que o Município construa rampa de acesso para portadores de deficiência física;
- (D) atender a um cidadão encaminhado por engano ao Ministério Público;
- (E) propor pedido de reparação de dano em favor de consumidor que comprou televisão com defeito.



52 - Quanto ao estágio experimental, é correto afirmar que:

- (A) o estagiário perceberá remuneração integral durante o período de estágio;
- (B) o estagiário que for ocupante de forma efetiva de outro cargo público, caso não seja aprovado no estágio, não pode retornar ao antigo cargo;
- (C) o período de estágio é de três anos;
- (D) o período de estágio é uma etapa do concurso;
- (E) a não-aprovação no estágio implica restituição dos vencimentos até então percebidos.

53 - Quanto à garantia da inamovibilidade, é correto afirmar que:

- (A) seus beneficiários são Promotores, Procuradores e servidores;
- (B) seu beneficiário, mesmo que queira e preencha os requisitos legais, não pode se remover, salvo anuência da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) seu beneficiário só pode ser removido caso queira, após anuência da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) seu beneficiário pode ser removido, mesmo que não queira, caso assim decida o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, por motivo de interesse público;
- (E) seu beneficiário pode ser removido, mesmo que não queira, caso assim decida o Conselho Superior do Ministério Público, por motivo de interesse público.

54 - Quanto ao estagiário de Direito, auxiliar das Promotorias de Justiça, na forma da Lei Complementar 106/03, é INCORRETO afirmar que:

- (A) pode estagiar pelo período máximo de três anos;
- (B) cabe à Corregedoria-Geral do Ministério Público acompanhar o seu desempenho e aproveitamento;
- (C) é escolhido por meio de concurso público;
- (D) sujeita-se a cancelamento sumário do estágio em caso de violação a proibição imposta aos servidores públicos em geral;
- (E) pode exercer, concomitantemente, desde que em horário compatível, estágio em escritório particular de advocacia.

55 - Ao integrante do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, NÃO pode ser aplicada a seguinte pena disciplinar:

- (A) censura;
- (B) demissão;
- (C) cassação de aposentadoria;
- (D) multa;
- (E) destituição de função.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

56 - Gilmar, servidor lotado em Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, sem o conhecimento do Promotor Titular, fornece para jornal local dados acerca do processo judicial do adolescente infrator Marcos, possibilitando sua identificação na comunidade como infrator. A família de Marcos, indignada, sustenta ter havido violação de direitos constitucionais do adolescente. Acerca da conduta do servidor, pode-se afirmar que:

- (A) violou direitos constitucionais do adolescente, porque o servidor não teve autorização do Promotor de Justiça para a divulgação;
- (B) não violou direitos do adolescente, porque compete ao MP defender a sociedade e as vítimas dos delitos;
- (C) não violou direitos do adolescente, porque ao adolescente que comete ato infracional não se aplica o direito à imagem;
- (D) violou direitos constitucionais do adolescente, concretizados em sede legislativa no ECA;
- (E) não violou direitos constitucionais do adolescente, porque não houve dolo por parte do servidor.

57 - José Afonso, servidor do MP, ao organizar o atendimento ao público prestado pelo Promotor de Justiça, priorizou o atendimento da aposentada Carmem Lúcia, em detrimento de uma famosa atriz de TV que também esperava pelo Promotor. A atriz sentiu-se prejudicada, eis que entendeu que a aposentada foi privilegiada. Acerca da conduta do servidor e o princípio da igualdade, é correto afirmar que:

- (A) viola o princípio, pois a aposentada poderia esperar juntamente com os demais cidadãos, tendo sido a discriminação atentatória aos direitos dos demais cidadãos;
- (B) não se aplica o princípio da igualdade ao caso, mas sim a Lei Federal 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);
- (C) afirma o princípio, porque o elemento discriminador se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito;
- (D) viola o princípio, porque limitou o acesso à justiça da atriz de TV e dos demais cidadãos que aguardavam atendimento;
- (E) não se aplica o princípio da igualdade ao caso, mas sim a Lei Complementar 106/2003 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro).



Leia atentamente e responda às questões **58** e **59**.

Promotoria de Defesa da Cidadania divulga o teor de contratos administrativos de concessão de obra pública integrantes de Inquérito Civil Público, instaurado para apurar responsabilidades de Prefeito em decorrência de irregularidades na construção do Metrô daquela cidade.

58 - A respeito dessa divulgação, é correto afirmar que foi:

- (A) lícita, eis que os documentos foram solicitados pela ONG Transparência Cidadã, para divulgação em *site* de defesa da cidadania;
- (B) ilícita, porque em virtude da “lei da mordaza” os membros do MP não podem divulgar informações à imprensa;
- (C) ilícita, porque violou o direito constitucional à privacidade do Prefeito;
- (D) lícita, porque contou com a autorização prévia do Tribunal de Contas, responsável pela fiscalização das contas municipais;
- (E) ilícita, porque os documentos divulgados não se sujeitavam ao princípio da publicidade.

59 - A autoridade competente para autorizar a divulgação dos documentos é:

- (A) a Coordenação do Centro Regional do Ministério Público, em procedimento administrativo;
- (B) o Servidor lotado na Promotoria de Defesa da Cidadania, em procedimento administrativo;
- (C) o Procurador-Geral de Justiça, nos autos do Inquérito Civil Público;
- (D) o Prefeito Municipal interessado, nos autos de procedimento administrativo em tramitação na Prefeitura;
- (E) o Promotor de Justiça com atribuição para o processamento do Inquérito Civil Público, nos autos deste.

60 - Acerca da estruturação legislativa do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- (A) lei complementar, de iniciativa do Procurador-Geral da República, estabelece a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) lei ordinária, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelece a organização, as atribuições e as vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público da União;
- (C) lei complementar, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelece as atribuições, o estatuto do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como as garantias e vedações aplicáveis a seus membros;
- (D) lei ordinária, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelece a organização do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, enquanto lei complementar institui as atribuições e vedações aplicáveis a seus membros;
- (E) lei complementar, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelece a organização do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, enquanto lei ordinária institui as atribuições e vedações aplicáveis a seus membros.

61 - Acerca dos conceitos de autonomia funcional e administrativa, é correto afirmar que:

- (A) o MP não se sujeita a limitações provenientes de outras instituições ou poderes constituídos, eis que a escolha de seus membros e chefia decorre da aprovação em concurso de provas e títulos;
- (B) compete ao MP estruturar-se na forma de seu regimento interno, o qual cria seus cargos para posterior provimento através de nomeações pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (C) compete ao MP criar seus cargos diretamente, através de portarias, e editar atos relativos a seus servidores, provendo os cargos de Promotor de Justiça bem como os cargos dos serviços auxiliares;
- (D) sujeitam-se a limitações, manifestadas no texto constitucional, tal como a investidura do Procurador-Geral de Justiça, realizada pelo Chefe do Poder Executivo, dentro de lista tríplice enviada pela instituição;
- (E) sujeitam-se a limitações, estabelecidas na legislação ordinária, tal como a destituição do Procurador-Geral de Justiça, realizada pelo Chefe do Poder Executivo.



62 - Acerca do conceito de autonomia financeira, é correto afirmar que o MP:

- (A) detém a iniciativa de elaboração de sua proposta orçamentária;
- (B) pode criar seus cargos auxiliares através de resolução do PGJ;
- (C) não se sujeita ao controle do Tribunal de Contas;
- (D) não precisa de aprovação legislativa de seu orçamento;
- (E) não possui iniciativa para propositura de seu orçamento, mas sim autonomia para sua execução.

63 - Acerca dos direitos políticos, é correto afirmar que:

- (A) somente se afigura possível a restrição de direitos políticos nas hipóteses constitucionalmente previstas, vedada a criação de inelegibilidades em sede legislativa;
- (B) a Constituição da República estabelece a possibilidade de instituição através de lei complementar de casos de inelegibilidade a fim de proteger a probidade e moralidade para o exercício do mandato;
- (C) a Constituição do Estado do Rio de Janeiro enumera os casos de inelegibilidades aplicáveis aos Prefeitos e Vereadores;
- (D) a inelegibilidade constitui restrição constitucional ao exercício da capacidade eleitoral ativa, ou seja, da condição de apresentar-se como candidato a cargo eletivo;
- (E) os direitos políticos positivos correspondem às previsões constitucionais que restringem o acesso aos cargos eletivos, por meio de procedimentos administrativos.

64 - Em relação às atribuições do Ministério Público em matéria eleitoral, é correto afirmar que:

- (A) as funções do Ministério Público Eleitoral são exercidas pelos Procuradores da República em primeira instância e pelos Procuradores de Justiça em segunda instância;
- (B) o Ministério Público Estadual não exerce atribuições eleitorais, eis que a Justiça Eleitoral integra o Poder Judiciário Federal;
- (C) no Estado do Rio de Janeiro, somente os Procuradores de Justiça desempenham funções eleitorais, conforme a Lei Complementar 106/2003;
- (D) o MP intervém ordinariamente como fiscal da lei em matéria eleitoral, sendo autor, excepcionalmente, quando se tratar de ação de anulação de inscrição eleitoral;
- (E) o mandato eletivo de Prefeito Municipal poderá ser impugnado pelo MP ante a Justiça Eleitoral em virtude de comprovação de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

65 - Santos de Almeida, Vereador eleito, figura como réu em ação de impugnação de mandato eletivo proposta pelo MP. Inocêncio Cruz, seu inimigo político e dono de emissora de rádio, procura o gabinete do Ministério Público solicitando informações acerca do processo movido em face de Santos de Almeida.

O fornecimento de dados contidos em tal processo é:

- (A) ilícito, eis que se trata de inimigo político do réu, destituída a solicitação de fundamentação razoável;
- (B) lícito, eis que possibilitará à população, através da rádio, melhor formar sua opinião política;
- (C) ilícito, eis que a ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça;
- (D) lícito, eis que se trata de autoridade pública, não sendo aplicáveis as garantias à privacidade e intimidade;
- (E) lícito, eis que autorizada expressamente pelo texto constitucional.

66 - Na gestão dos interesses do Município, um Secretário Municipal de Cultura não conseguiu realizar determinado projeto, bastante oneroso para os cofres públicos, eis que não havia previsão legislativa e orçamentária anterior para a execução do mesmo. Trata-se de aplicação do seguinte princípio constitucional:

- (A) economicidade;
- (B) legalidade;
- (C) anualidade;
- (D) anterioridade;
- (E) publicidade.

67 - Acerca do princípio da moralidade, é correto afirmar que:

- (A) refere-se ao respeito aos princípios éticos de razoabilidade e justiça, não sendo, contudo, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública;
- (B) exige proporcionalidade entre os meios e os fins a atingir, entre os sacrifícios impostos à coletividade e os benefícios por ela auferidos, impondo observância aos valores éticos;
- (C) enquadra-se nos denominados crimes de responsabilidade civil contra a ordem pública a conduta do administrador em desrespeito ao princípio da moralidade administrativa;
- (D) não vincula os servidores, mas sim os agentes políticos que detêm discricionariedade para escolha e tomada de decisão para gestão da coisa pública;
- (E) exclui-se do controle jurisdicional dos atos administrativos seu exame, em virtude da ausência de previsão constitucional expressa.



68 - Acerca do poder de requisição, pode-se afirmar que o MP:

- (A) pode exercê-lo, requisitando aos órgãos públicos estaduais da Administração, direta ou indireta, todos os meios necessários ao desempenho de suas atribuições;
- (B) pode exercê-lo, requisitando aos órgãos públicos estaduais, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, todos os documentos necessários ao desempenho de suas funções;
- (C) não pode exercê-lo diretamente, eis que também o *Parquet* sujeita-se ao controle jurisdicional de seus atos administrativos;
- (D) não pode exercê-lo no que tange aos órgãos públicos estaduais, em virtude dos princípios federativo e da separação de poderes no nível estadual;
- (E) deve exercê-lo, sob pena de descumprimento de suas funções institucionais, diretamente através da figura do Procurador-Geral de Justiça.

69 - Acerca da estrutura do poder judiciário brasileiro, pode-se afirmar que:

- (A) o Superior Tribunal de Justiça é a instância maior de controle da legalidade e da constitucionalidade dos ordenamentos jurídicos estaduais;
- (B) o Supremo Tribunal de Justiça é o guardião do ordenamento jurídico federal, exercendo tal função através do julgamento de ações originárias;
- (C) inclui-se na competência do Supremo Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, destinado ao controle difuso de constitucionalidade;
- (D) o Supremo Tribunal Federal julga, através de sua competência originária, os recursos especiais, quando as causas forem decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais;
- (E) a função precípua do Supremo Tribunal Federal é de corte de constitucionalidade, podendo suas competências serem divididas em originárias e recursais.

70 - Quanto à organização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro/TJERJ, é correto afirmar que:

- (A) a competência do TJERJ encontra-se definida na Constituição do Estado, conforme os princípios estabelecidos na Constituição Federal de observância obrigatória pelo constituinte estadual;
- (B) a Constituição Federal instituiu os Tribunais estaduais, elencando suas competências e estrutura organizacional;
- (C) a competência do TJERJ encontra-se detalhada na Constituição Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa privativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;
- (D) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face da Constituição Federal;
- (E) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

71 - Os recursos administrativos são meios de controle dos atos da Administração Pública. A esse respeito, analise os itens a seguir.

- I - hierarquia orgânica;
- II - garantia do contraditório;
- III - garantia da ampla defesa;
- IV - duplo grau de jurisdição;
- V - direito de petição.

Constituem fundamentos dos recursos administrativos somente os itens:

- (A) I, II, III e IV;
- (B) I, II, III e V;
- (C) II, III, IV e V;
- (D) II, III e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

72 - O conceito de empresa estatal foi elaborado durante anos pela doutrina. Contudo, a edição do Decreto-Lei nº 200/67, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 900/69, trouxe o conceito legal de sociedade de economia mista. Acerca da criação das empresas públicas no plano constitucional de 1988, é correto afirmar que:

- (A) independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias das sociedades de economia mista;
- (B) somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de sociedade de economia mista;
- (C) independe de autorização legislativa a participação de sociedade de economia mista, e suas subsidiárias, em empresa privada;
- (D) somente por lei específica poderá ser criada sociedade de economia mista;
- (E) somente por lei específica poderá ser criada sociedade de economia mista. As subsidiárias não dependem de lei para sua criação.

73 - Ainda que não exista uma unanimidade doutrinária quanto aos elementos do ato administrativo, a lei que regula a ação popular disciplina a questão ao referir-se aos elementos cuja ausência provoca a invalidação do ato administrativo. Nesse sentido, o elemento que representa o círculo definido em lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade é:

- (A) forma;
- (B) objeto;
- (C) competência;
- (D) motivo;
- (E) finalidade.



74 - A Administração Pública celebra contratos administrativos, que representam acordos de vontades destinados a criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações, tal como facultado legislativamente. Esses mesmos contratos são encerrados por diversos motivos, entre os quais NÃO se enquadra:

- (A) término do prazo;
- (B) impossibilidade material ou jurídica;
- (C) invalidação;
- (D) inexigibilidade;
- (E) rescisão.

75 - Os contratos com a Administração Pública devem ser submetidos a processo licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. O princípio da licitação NÃO se aplica:

- (A) às obras;
- (B) aos serviços;
- (C) às compras;
- (D) às transações;
- (E) às alienações.

76 - O instituto de direito administrativo que se caracteriza quando o administrado ou a própria Administração Pública perde o direito de formular pedidos em virtude de não o ter feito em prazo adequado é a/o:

- (A) prescrição administrativa;
- (B) coisa julgada formal;
- (C) prescrição comum;
- (D) procedimento administrativo;
- (E) coisa julgada material.

77 - A doutrina contemporânea perfilha o entendimento de que a estrutura normativa é composta por princípios e regras jurídicas. Os princípios, que são mais genéricos e abstratos do que as regras, não estão subsumidos a uma situação de fato (possuindo uma dimensão de peso ou importância). Nesse sentido, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos seguintes princípios:

- (A) legalidade, informalidade, continuidade, segurança jurídica e ampla defesa;
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- (C) legalidade, moralidade, razoabilidade, economicidade e motivação;
- (D) legalidade, verdade real, proporcionalidade, oficialidade e moralidade;
- (E) legalidade, moralidade, subsidiariedade, urbanidade e hierarquia.

78 - Quando se trata de examinar os efeitos da relação jurídica nos processos administrativos entre a Administração Pública Estadual e os cidadãos, é INCORRETO indicar entre os princípios relevantes:

- (A) princípio do devido processo legal;
- (B) princípio da jurisdição una;
- (C) princípio da oficialidade;
- (D) princípio da publicidade;
- (E) princípio do informalismo procedimental.

79 - Quando se verifica que uma entidade configura um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, está-se tratando de:

- (A) fundação pública;
- (B) empresa pública;
- (C) sociedade de economia mista;
- (D) autarquia;
- (E) associações públicas.

80 - O contrato de concessão de serviços públicos, disciplinado na Lei nº 8987/95, poderá ser rescindido, por iniciativa da concessionária, mediante:

- (A) transação extrajudicial;
- (B) procedimento de caducidade;
- (C) ação judicial intentada para esse fim;
- (D) procedimento de intervenção;
- (E) procedimento de revisão tarifária.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

TRADIÇÃO, EXPERIÊNCIA E SÉRIEDADE EM CONCURSOS PÚBLICOS

Há 35 anos, o NCE/UFRJ vem construindo uma imagem de solidez e competência.

Considerado um centro de excelência em Informática no país, o NCE/UFRJ tem marcante atuação no ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de projetos, consultorias e concursos.

Grandes empresas e órgãos governamentais confirmam nossa capacidade de realização de concursos em todo o território nacional.

WWW.NCE.UFRJ.BR/CONCURSOS
(21) 2598-3333



SEGURANÇA



TECNOLOGIA



INFORMAÇÃO



Rio de Janeiro: Prédio CCMN • Bloco C • Cidade Universitária • Ilha do Fundão • Rio de Janeiro • RJ
Caixa Postal: 2324 • CEP: 20010-974 • Tel.: (21) 2598-3333 • Fax: (21) 2598-3300